

A COMISSÃO RONDON E A IMPLANTAÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA EM MATO GROSSO: UMA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DO SERTÃO OESTE BRASILEIRO

Shirley Hitomi Gushiken

Margareth da Silva Pereira



A COMISSÃO RONDON E A IMPLANTAÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA EM MATO GROSSO: UMA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DO SERTÃO OESTE BRASILEIRO¹

THE RONDON COMMISSION AND THE
TELEGRAPH LINE IN MATO GROSSO:
AN URBANIZATION POLICY AND SCIENTIFIC
KNOWLEDGE IN THE WEST BRAZILIAN SERTÃO

Shirley Hitomi Gushiken

Professora da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/FAET), doutora em Urbanismo (Prourb/UFRJ). E-mail: shirley.ufmt@gmail.com

Margareth da Silva Pereira

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb/UFRJ). Doutora em História pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHES/França). E-mail: margaspereira@gmail.com

RESUMO: A implantação das linhas telegráficas em território mato-grossense constituiu historicamente um processo que ganhou evidência no início do século XX, já sob a República, com o trabalho da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso. Interligando localidades isoladas pela inexistência de estradas, a implantação de linhas telegráficas pela Comissão Rondon, como ficou conhecida, incluía também a criação de povoações no entorno das novas estações, designadas em relatório da própria Comissão como “futuras cidades”. O trabalho da Comissão estava inserido em um amplo projeto geopolítico republicano que intencionava tanto o desenvolvimento econômico regional quanto a integração cultural, particularmente das populações indígenas, com a ocupação progressiva do interior do país. As atribuições da Comissão Rondon, no entanto, eram mais

¹ Artigo resultante da tese de doutorado “O processo de urbanização em Mato Grosso: entre isolamento e centralidades estratégicas, uma história em cinco tempos”, defendida em fevereiro/2016 no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb-UFRJ), sob orientação da Profa. Dra. Margareth da Silva Pereira.

abrangentes em seus objetivos. Incluía pesquisas de caráter científico visando conhecer o território mato-grossense em suas características físico-ambientais e culturais, buscando informações justamente sobre potencialidades econômicas que poderiam ser agregadas ao projeto de desenvolvimento do país. Os ideais positivistas e, até saint-simonianos, como a noção que as cidades, funcionam em amplas redes de intercâmbio, a defesa de um Estado laico e a crença na perfectibilidade dos homens e no progresso guiaram grande parte desta agenda. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, este artigo cruza fontes secundárias e divulga documentos arquivísticos sobre aspectos da história da urbanização em Mato Grosso, analisando, particularmente, relatórios, mapas e plantas produzidos pela Comissão Rondon.

Palavras-chave: Comissão Rondon. Linhas telegráficas. Urbanização. Conhecimento científico. Mato Grosso.

ABSTRACT: The installation of telegraph lines in Mato Grosso territory constituted an historic process which gained prominence in the 20th Century, under the republican government, with the work done by the Mato Grosso Telegraph Lines Construction Committee. Linking up cities and settlements isolated by the lack of roads, the implementation work of telegraph lines by the Rondon Commission, as it was known, also included the creation of urban nuclei around the new stations, designated as “future cities”. The Commission’s work was inserted into a Republican geo-politics project which aimed to improve the regional development and the cultural integration of the heterogeneous groups, particularly the Indians groups, by a progressive occupation of the interior of the country. The Rondon Commission’s scope, however, had wider aims and included research of a scientific nature to identify more about the Mato Grosso territory and its physical, environmental and cultural characteristics, and also sought information on the economic potential that could add to the country’s development. A great part of this agenda was guided by positivist ideals and even by those prior of the Saint-Simonian movement: as the notion that the city vitality is promoted by systemic exchange’s networks, the defense of a secular state and a belief in the perfectibility and progress of man. From an interdisciplinary perspective this article crosses secondary sources and publishes archival documents on aspects of the history of urbanization in Mato Grosso analyzing, in particular, reports, maps and plans produced by the Rondon Commission.

Keywords: Rondon Commission. Telegraph lines. Urbanization. Scientific knowledge. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, o culto à ciência, à indústria e às invenções tecnológicas passou a ser visto também como sinônimo, e até mesmo prova, de uma noção linear de progresso humano, que encontrou no ambiente dos círculos positivistas seus mais sólidos defensores e divulgadores. Originado na França, o movimento positivista encontrou adeptos em todo o mundo. No Brasil, a circulação destas ideias prosperou junto a um grupo de indivíduos caracterizado por uma sólida formação intelectual e científica, muitos dos quais, por sua vez, poderiam ser considerados herdeiros das convicções e práticas universalistas e reformadoras saint-simonianas.

Entre nós, esses movimentos germinaram entre profissionais liberais, como médicos, engenheiros, advogados, mas, sobretudo, no meio político e militar. Como se sabe, foi entre os militares que o idealismo positivista teve mais seguidores, entre oficiais do exército e da marinha, introduzindo em suas discussões e agendas temas de natureza social e política que concorreriam para dar sustentação à formação do movimento republicano.

Nos quadros da Escola do Exército, Benjamin Constant, militar e político, teve uma atuação doutrinária na propagação das ideias de Auguste Comte, segundo as quais a educação dos espíritos seria condição para a organização da sociedade com base na razão e na ciência, ensejando a instauração de uma ordem moral que teria como resultado o progresso. Defendia, nesse sentido, o pacifismo e o papel do militar como um agente dinamizador do progresso. A Escola Militar, em seu programa de formação, dava ênfase às engenharias e à matemática e, até as últimas décadas do século XIX, era frequentada por alunos das camadas abastadas e de classe média, os quais, no caso destes últimos, procuravam seguir suas carreiras como quadros implicados com a aceleração do desenvolvimento nacional. Seus egressos eram, assim, malgrado suas diferenças, parte de uma minoria intelectual que veiculava ideias consideradas *de vanguarda* à época (LIMA, 1976), buscando traduzi-las em ações concretas - mais ou menos liberais, mais ou menos centralizadoras, reformadoras ou intervencionistas -, em relação ao que sustentavam como projeto para o país.

Nesse contexto da segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai (1865-70) havia evidenciado a extrema dificuldade de comunicação e acesso à região de Mato Grosso. A guerra não só mostrara a vulnerabilidade da fronteira quando da invasão do território mato-grossense e a tomada de locais estratégicos pelas tropas paraguaias,

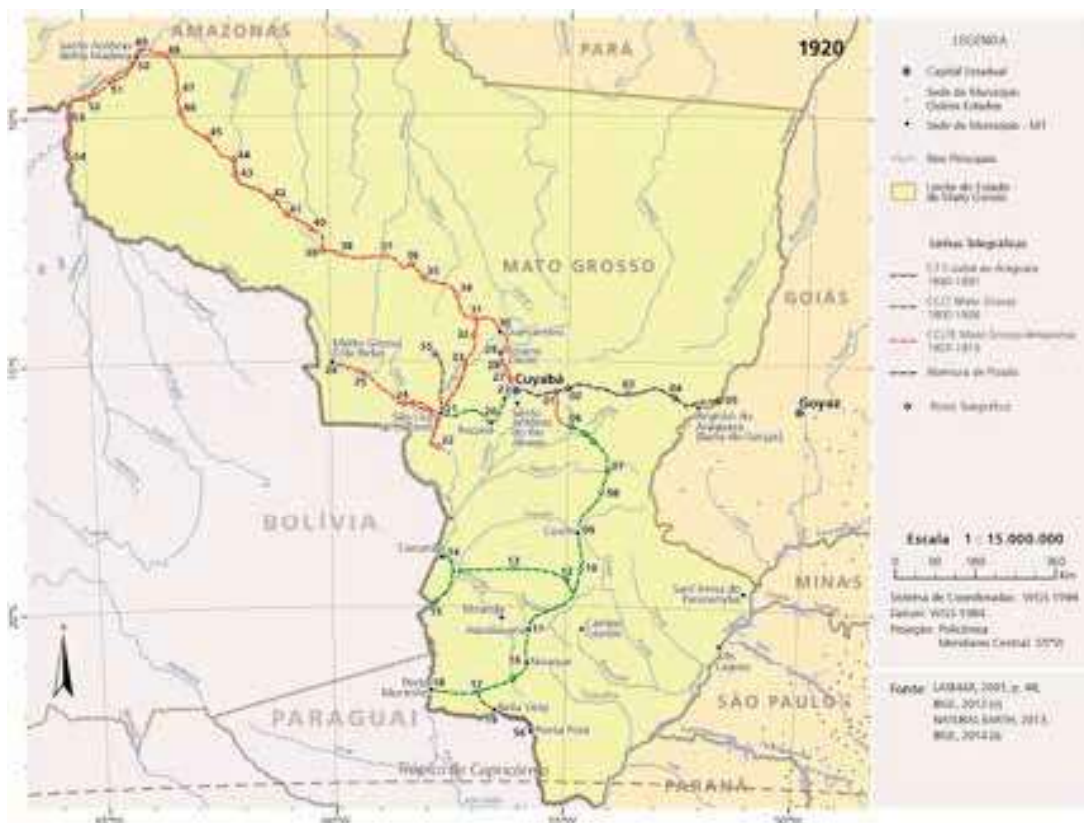
mas também indicara a necessidade de defesa e manutenção da integridade territorial. Seria medida de urgência povoar e promover a integração da região Oeste ao desenvolvimento nacional, mediante o que poderíamos chamar de “políticas de interiorização da urbanização no território”, começando com a implantação de novas tecnologias de comunicação e transporte.

Desta tarefa passa a se incumbir o Exército Brasileiro, no âmbito do Ministério da Guerra, empreendendo ações de abertura de novas frentes de ocupação do território, permitindo a instalação de meios de comunicação, no caso os serviços de correios, mas sobretudo, de telegrafia (PEREIRA, 1999) e transporte. Nas décadas finais do século XIX, estes meios correspondiam, assim, à extensão da rede telegráfica nacional e à construção de ferrovias. Estas últimas permitiriam o transporte de pessoas e mercadorias, mas a rede telegráfica daria sustentação à defesa e aos negócios, propiciando a comunicação de forma rápida entre as áreas de fronteira das regiões Oeste e Norte com a capital, Rio de Janeiro, centro de decisão política e da vida econômica do país.

INTERLIGAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA VIA TELEGRÁFICA

Assim, em 1888, o governo imperial já havia constituído uma comissão militar, enviada a Mato Grosso e encarregada da proteção da fronteira oeste, chefiada pelo general Deodoro da Fonseca. Este foi acompanhado também por uma comissão de engenheiros militares, encarregada, por sua vez, de efetuar a construção de uma linha telegráfica ligando Cuiabá a Corumbá e Coimbra, no sul da então província de Mato Grosso, mais diretamente afetada pela guerra.

Com a mudança do regime, outras comissões seriam criadas ou reorganizadas a partir do ano seguinte, tendo como objetivo a implantação de uma verdadeira rede de comunicação, com o telégrafo. Mas não só. De fato, em 1890, o Governo Provisório da República instituiu a “Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia”, que implantou a comunicação entre Cuiabá e Goiás e a região Centro-Sul do país.



Esta comissão, chefiada pelo major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, contou como auxiliar, dentre outros engenheiros-militares egressos dos quadros da Escola Militar, com a figura do mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon, formado em Matemática e Ciências Físicas e Naturais (LASMAR, 2011, p. 36). Contudo, estes trabalhos não devem ser vistos de forma isolada.

A extensão das linhas telegráficas vinha ganhando cada vez maior complexidade, como mostra o decreto de outubro de 1891, determinando a elaboração de um primeiro plano republicano para a expansão do telégrafo. A associação de um plano para o setor de comunicação passava, então, a ser associado a uma política urbanizadora, sustentada, inclusive, por uma rede hierarquizada de povoações. Esse deslocamento pode ser medido por, pelo menos, duas outras iniciativas nesses primeiros anos republicanos e que se reportam diretamente aos debates sobre a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, definida em 1892 e consignada no próprio texto constitucional.

O pensamento positivista havia herdado dos saint-simonianos a ideia que cidades e territórios se movimentam e funcionam de modo sistêmico, articulado, em rede. São essas redes que tanto definem os territórios nacionais quanto suas alianças e suas áreas de influência. É nessa perspectiva que, desde o final do Império, a tríade urbanização,

novas tecnologias de comunicação e transporte e desenvolvimento econômico, as primeiras iniciativas de uma ocupação articulada do território começaram a ser pensadas. Agora, é sempre dessa ideia de “funcionamento em rede” das cidades e povoações em geral que vai se impondo, mais uma vez, a própria ideia de transferência da capital (PEREIRA, 2010, p. 121-130)

Os trabalhos da ligação telegráfica entre Cuiabá e Goiás, por exemplo, embora não seja vista necessariamente desse modo, mostra-se indissociável da criação da *Comissão Exploradora do Planalto Central*, em maio de 1892. Liderada por Luis Cruls, a Comissão foi encarregada de demarcar, em Goiás, a área da nova capital em observância à Constituição Federal e, certamente, estava em sintonia com os trabalhos que Gomes Carneiro realizava. É também na perspectiva da criação de redes de cidades no interior do território que o projeto de Belo Horizonte ganhou materialidade a partir de 1894 e, ele também, não pode ser visto de modo dissociado dessas outras iniciativas.

Em 1900, por determinação do Ministério da Guerra, foi constituída a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso”, a primeira chefiada por Rondon, que no intervalo de seis anos (1900-1906) construiu 16 estações e 1.667 quilômetros de linhas telegráficas interligando Cuiabá e localidades no sul do estado e o ramal de Cuiabá a Cáceres.

Enfim, sempre sob a chefia de Rondon, em 1907, foi designada a “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas” (CLTEMGA), mais conhecida como Comissão Rondon, com a missão de integrar o recém-anexado Território do Acre ao restante do país, em decorrência do Tratado de Petrópolis, firmado com a Bolívia.

Esta Comissão tinha por objetivo estabelecer a ligação de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira², que foi realizada entre os anos de 1907-1915. Neste período, foram construídos 2.270 km de linhas telegráficas, 32 estações e reuniu e fixou, em povoações criadas pelo Estado brasileiro, cerca de 30 mil indígenas. Os trabalhos desta Comissão foram divididos em três seções: a primeira, responsável pela construção do ramal Cáceres-Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade); a segunda, pela linha-tronco Cuiabá-Santo Antônio do Madeira; e a terceira, encarregada do reconhecimento da região, na direção Cuiabá-Juruena, que serviria para o traçado da linha-tronco

2 Santo Antônio do Alto Madeira – povoado do século XVIII, elevado a vila em 1911; município instalado em 1912, pertencente nessa data ao estado de Mato Grosso; o município foi extinto em 1945 e integrado ao município de Porto Velho, sede da capital do atual estado de Rondônia.

e como base para expedições posteriores em direção ao rio Madeira (LASMAR, 2011).

As ações desenvolvidas eram subordinadas administrativamente a dois ministérios: ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao qual estava também vinculada a Repartição Geral de Telégrafos, e ao Ministério da Guerra, onde se teria delineado o plano de interiorização das linhas telegráficas.³ Como dito, conforme as concepções positivistas da geração de 1870, da Escola Militar do Rio de Janeiro, essa ação governamental não sofreu descontinuidade com a mudança de regime político, e fazia parte do esforço que se desenvolvera desde o período imperial em torno da construção da unidade e da integração do território nacional.

O empenho governamental e os vultosos recursos financeiros e humanos mobilizados para a extensão do telégrafo a regiões consideradas de natureza “virgem”, “vazias”, não teve resultados práticos imediatos. Isso, no entanto, não impediu que a Repartição dos Correios e Telégrafos ostentasse um elegante pavilhão na Exposição Nacional de 1908, onde a expansão dos trabalhos era celebrada e onde um grupo de indígenas participou do evento, como parte do desvelamento do Brasil e de suas diferenças regionais e culturais, aos próprios brasileiros. Naquele contexto, resume Pereira:

[...] os Correios e Telégrafos e a expansão de seus serviços passam a ser uma tarefa estratégica e que exige ser valorizada. Eles deveriam contribuir em um duplo processo: unificar o Brasil criando redes regulares de contato através de agências e postos de serviço distribuídos por todo o território e continuar a integrar mais rapidamente esse Brasil cada vez mais concreto e vasto como sistema econômico à uma rede sem fronteiras de comércio e trocas, cada vez mais internacional. [...] É a partir desse “Brasil em exposição” que o país passa a ser visto de dentro e uma visão “interna” também começa a ganhar forma e, mais do que isso, a definir com mais clareza políticas consequentes para o país e suas cidades e regiões. (PEREIRA, 2011, p. 21).

O custo de manutenção das linhas telegráficas revelou-se, contudo, muito alto e frequentemente o funcionamento era interrompido por problemas decorrentes da falta de manutenção diante das dificuldades. Alguns autores assinalariam que, quando da conclusão das

3 Decreto nº 22, de 24 de outubro de 1891, op. cit. sobre o primeiro plano republicano para a expansão do telégrafo (cf. MACIEL, 1998, p. 68, nota 26).

Também está à origem da Comissão Rondon a própria criação do Serviço de Proteção aos Índios, pelo Decreto nº 8.072, de junho de 1910, com o objetivo de prestar assistência a todos os indígenas do território nacional. A orientação ideológica do serviço considerava como transitório o estatuto do “índio” como tal. Dentro de uma visão de assimilação e aculturação pouco a pouco, com a educação regulando esse processo, ele se transformaria em um cidadão republicano e num trabalhador nacional como qualquer outro.

A importância do empreendimento da Comissão Rondon só se pode perceber, no entanto, a longo prazo. De fato, muitos dos seus desdobramentos só puderam ser observados décadas mais tarde, ao abrir caminho para outras ações dirigidas à ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Neste sentido, deve-se salientar que o traçado das linhas telegráficas serviria como referência para a implantação de várias rodovias meio século depois.

PRODUÇÃO DE SABERES SOBRE O TERRITÓRIO DE MATO GROSSO

A missão da Comissão Rondon, como se disse, foi, no entanto, muito mais abrangente em seus objetivos. A vinculação ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas explicita outras funções desenvolvidas pela Comissão Rondon, além daquelas de natureza estratégica e militar. É no sentido do “trabalho”, da indústria como sinônimo de trabalho, melhor dizendo, em mais um tema saint-simoniano e positivista, que a Comissão Rondon também foi direcionada para a realização de explorações, visando o reconhecimento geográfico da região e de suas potencialidades econômicas.

Esse objetivo é indicado expressamente nas “Instruções pelas quais deverá se guiar o chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas”, publicada em “Decisões do Governo n. 19 - em 4 de março de 1907, com base na lei nº 1.617 de 30 de dezembro de 1906, pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida”⁴, segundo as quais, a Comissão deveria:

[...] percorrer boa parte da região amazônica; determinar coordenadas geográficas e azimutes astronômicos dos locais percorridos; realizar explorações dos principais rios da região; avaliar o terreno

4 Miguel Calmon du Pin e Almeida, engenheiro e político com atuação ministerial nas áreas da agricultura, indústria e infraestrutura em governos no período da República Velha.

explorado, sua topografia, estatística e sociedades indígenas; *estabelecer colônias em torno das estações telegráficas* [grifo nosso]; estudar a região tendo em vista sua defesa, suas vias de comunicação, sua potencialidade agrícola e seus recursos naturais. (CASER; SÁ, 2010, p. 365).

Faziam parte das pesquisas o reconhecimento da formação geológica, da flora e da fauna, assim como o estudo da potencialidade dos solos com vistas à agricultura e mineração. Segundo o Capitão Amílcar Magalhães, integrante da Comissão Rondon, “...os trabalhos de geologia da Comissão, trouxeram sensível modificação sobre o que até então era conhecido da geologia de Matto-Grosso” (MAGALHÃES, 1941, p. 366). As expedições de reconhecimento realizadas pela Comissão ampliaram e retificaram o conhecimento de diversos aspectos da hidrografia de Mato Grosso. Foram descobertos 12 rios, até então desconhecidos, e corrigidos os traçados cartográficos de vários outros (LASMAR, 2011).

A localização de acidentes geográficos tinha também por objetivo a confecção de um novo mapa do estado, cuja conclusão e publicação ocorreu somente em 1952, intitulado sob o título de “*Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*” (BRASIL. Ministério da Guerra, 1952). Até então, o mapa que se tinha como referência fora o elaborado pelo geógrafo Pimenta Bueno, datado de 1880.

Segundo Aranha (2012), o discurso acerca da integração também era construído no mapa, na medida em que os dados minuciosos nele contidos, como localização de aldeias indígenas, barracões de seringueiros, ocorrências de seringais nativos, potenciais dos solos para agricultura e dos rios para transporte e escoamento de produtos informavam os ministérios envolvidos, segundo seus interesses, e constituindo um referencial para futuros empreendimentos, oficiais ou privados.

Integravam a Comissão, naturalistas do Museu Nacional, que coletaram muitas amostras de materiais de toda natureza e realizaram estudos antropológicos acerca dos indígenas das várias etnias que habitavam a região que ia sendo desvelada. Os médicos que faziam parte da Comissão tinham como tarefa, além de tratar da saúde dos seus integrantes, estudar as ocorrências das doenças endêmicas e avaliar as condições de salubridade das regiões percorridas.

Muitos acidentes geográficos tiveram seus nomes alterados pela Comissão Rondon, passando a receber nomes de personagens considerados ilustres do governo republicano, fato este que, na acepção de Maciel (1998, p. 154-155), seria uma forma de apropriação de

espaços, de memórias, culturas e conhecimentos já existentes, imprimindo, na região explorada, uma marca da atuação do Estado republicano na incorporação ao território nacional de um espaço considerado “vazio”.⁵

Com os trabalhos da Comissão Rondon pretendia-se uma construção de certo modo simbólica do território, o que seria sintetizado na construção de um “mapa homogêneo e reconhecível da nação” (MACIEL, 1998, p. 155). A autora citada tece uma série de considerações sobre o caráter ideológico intrínseco às ações da Comissão Rondon. Em sua análise, a concepção de termos como “vazio” demográfico, região “inexplorada”, “desbravamento” e “integração”, estaria associada à ideia de “defesa” apoiada na atuação estatal e militar e em cujas ações se traduzia a conquista de territórios e culturas.

Acrescente-se, quanto a estes aspectos apontados por Maciel, que a região, embora considerada vazia, era numerosamente povoada por indígenas de várias etnias e que nela já havia empresas e seringueiros em atividade extrativista. Na região Noroeste de Mato Grosso, por onde passaria a linha telegráfica, havia a ocorrência de seringais nativos, que eram de grande interesse econômico, à época, para a indústria da borracha que demandada ao mercado internacional, bem como a poaia, matéria-prima para a indústria farmacêutica. Como se disse, a dificuldade de acesso e de transporte ainda constituía um grande obstáculo para a inserção de Mato Grosso no contexto produtivo do país e, nesse sentido, considerava-se a importância da intervenção do Estado no apoio logístico e abertura de frentes para a expansão econômica.

No avanço das linhas telegráficas pelo sertão, as comissões tinham a seu encargo uma missão civilizatória em relação aos indígenas, tendo efetuado os primeiros contatos com grupos de várias etnias e adotado uma postura de integração e proteção em relação a eles, ao mesmo tempo em que o caráter científico se traduzia no inventário cultural dos grupos étnicos encontrados e sua localização. Dessa ação, assim como da necessidade de pacificar indígenas em áreas de conflitos, condição para futura ocupação, resultaria a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), inicialmente subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

5 Vale lembrar que, no período colonial, prática semelhante havia sido adotada quando da fundação ou elevação da categoria administrativa de lugares, vilas, povoados, aldeamentos, cujos nomes primitivos muitas vezes foram trocados na região norte do país, por nomes de cidades portuguesas ou de nomes de membros da nobreza (ARAUJO, 2012).

Na região Sul do estado⁶, em que se implantava na ocasião a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a resistência da etnia *Kaingang* era considerada pelo governo brasileiro um problema para a continuidade do empreendimento; e a construção do ramal telegráfico de Parecis a Barra dos Bugres deveria atravessar as terras dos indígenas conhecidos por Barbados (Umutina), situadas nas cabeceiras do rio Paraguai, onde, até então, a travessia era considerada impraticável, conforme relato da própria Comissão (LASMAR, 2011).

Consoante com o ideal positivista e nacionalista de Rondon, o índio deveria ser visto numa ótica humanitária e sua integração à civilização deveria ocorrer, como mencionado, por meio da educação e do trabalho. Seria, conforme Lasmar (2011), uma ótica de integração, mediante a imposição de valores culturais hegemônicos. Segundo Maciel (1998, p. 159), Rondon discordava da ideia, corrente em sua época, de que a imigração seria a única forma de povoar o território e afirmava que “*os índios, ‘pacificados’ e ‘civilizados’, seriam os melhores guardiães das fronteiras nacionais*”.

Semelhante ideia já existia no século XVIII, como ação de Estado decorrente da política empreendida na administração pombalina (1750-1775), ao estabelecer o aldeamento indígena como forma de concentrar população em povoações. À época, tal estratégia era formulada com vistas ao arbitramento internacional sobre os domínios territoriais concernentes a Portugal e Espanha, que era regido pelo princípio do *Uti Possidetis*, e tinha na constituição de povoações a demonstração de posse e domínio sobre o território.

POLÍTICA DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

Na concepção da política de extensão das linhas telegráficas, conforme as *Instruções* ministeriais citadas anteriormente e implementadas por Rondon, o ideal de civilização consistia em povoar o território de modo geral - o que havia sido formulado no século XVIII, desde o reino de D. João V, contra os arbítrios dos pequenos régulos locais (SANTOS; PEREIRA, 1987). Se no setecentos o objetivo seria de reforçar a própria ideia de cidade, desde o início do século XIX, com José Bonifácio, pelo menos, a ideia vinha sendo retomada como um vasto projeto de urbanização sob a forma de uma política de colonização do centro do país; isto é, seu sertão, seu interior.

⁶ Atual estado de Mato Grosso do Sul.

No caso da Comissão Rondon, isso se traduzia na prática em um projeto de colonização em torno das estações telegráficas, onde se efetuaria o assentamento dos colonos em lotes e estes se ocupariam da agricultura e da criação de gado junto aos destacamentos militares. Os assentamentos que davam lugar às estações seriam focos de irradiação da ocupação e do povoamento dos espaços considerados vazios, transformando-os em áreas produtivas, considerando ser esta a única forma de fixar a população. Ao longo da linha telegráfica, as estações distavam cerca de 90 km uma da outra, facilitando o contato entre as povoações, que deveriam constituir-se em centros agrícolas autônomos.

Os projetos realizados e executados pelos engenheiros-militares das Comissões de Linhas Telegráficas (Figuras 1, 2, 3, 4) obedeciam a um padrão de traçado urbanístico em malha ortogonal quadrada, como se pode verificar na descrição do traçado de uma “*futura cidade*”, constando no “*Relatório da medição de uma légua quadrada de terreno concedido pelo governo do Estado de Matto-Grosso⁷ para rocio da estação telegráfica de Parecis e mandada executar pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas*”.

O relatório, parte do qual transcrito a seguir, é assinado pelo 1º tenente Amilcar Armando Botelho de Magalhães, Engenheiro-militar, encarregado dos serviços de medição na Estação Telegráfica Parecis, em 8 de abril de 1909:

PROJECTO DA FUTURA CIDADE

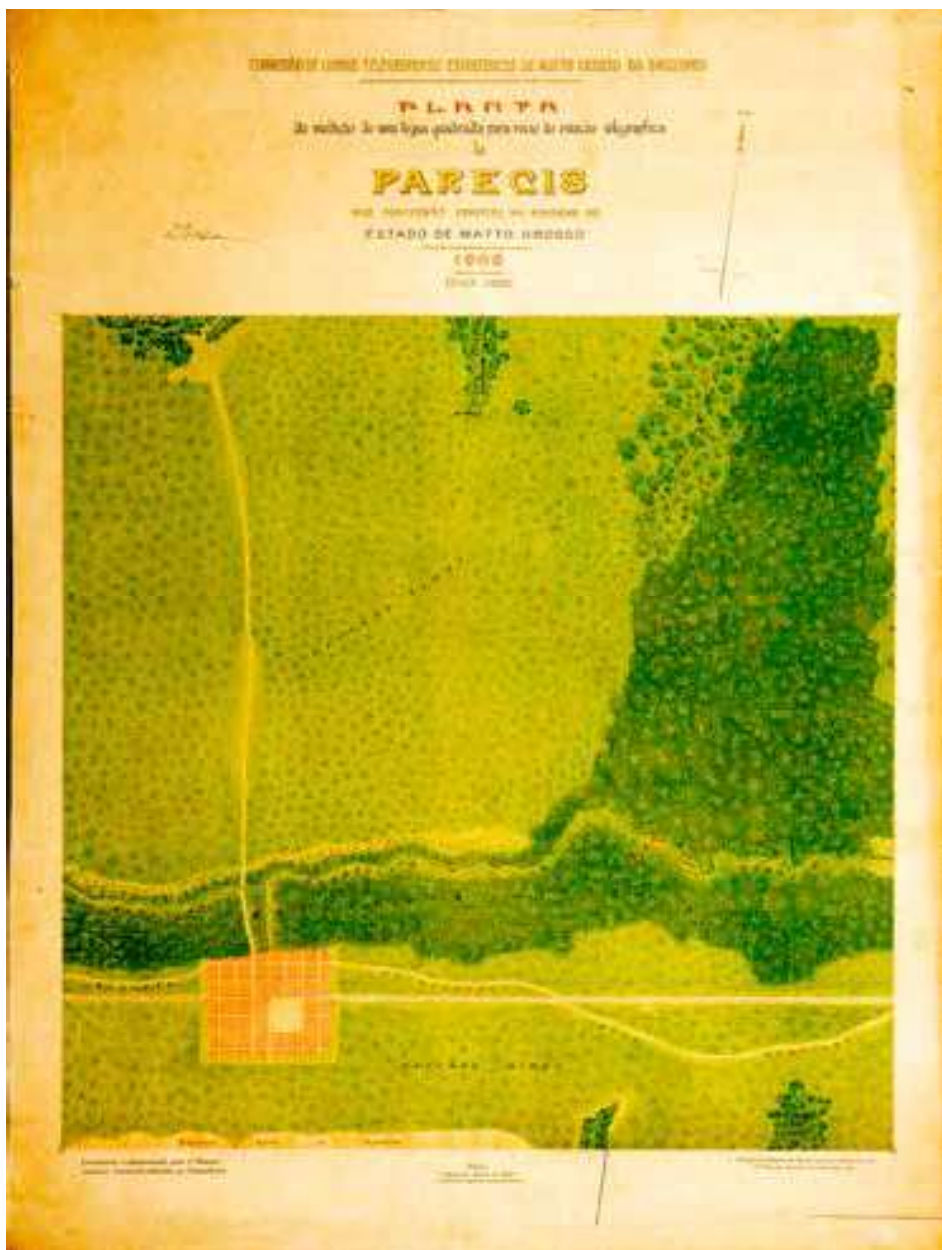
Como se vê da planta, foi preparado um campo, em torno da estação telegráfica, roçando-se convenientemente o cerrado outr’óra existente, e sobre ele projectou-se o alinhamento das ruas para um primeiro desenvolvimento do povoado, demarcando-se as esquinas com pequenos marcos de vinhático de 1^m acima do sólo e 0,^m 5 abaixo, e reservando-se uma área quadrada que corresponde em cada face a duas quadras, para uma praça (“praça dos Parecis”) defronte d’aquella estação.

As ruas todas têm 20^m de largura, excepção da “avenida central”, cuja largura é de 30,^m e em cujo eixo passa a linha telegráfica; as quadras são de 100^m e as ruas que interceptam a avenida são-lhe perpendiculares, sendo as demais paralelas a ella e entre si, por conseguinte.

7 A Constituição de 1891 delegou aos estados a atribuição de efetuar o repasse de terras devolutas para os municípios com a finalidade de instalação de povoados.

A Comissão de Linhas Telegraphicas construiu já, de acordo com este projecto, a estação telegraphica e duas pequenas casas para moradia dos guardas da estação... (BRASIL. Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, 1916, p. 79)⁸

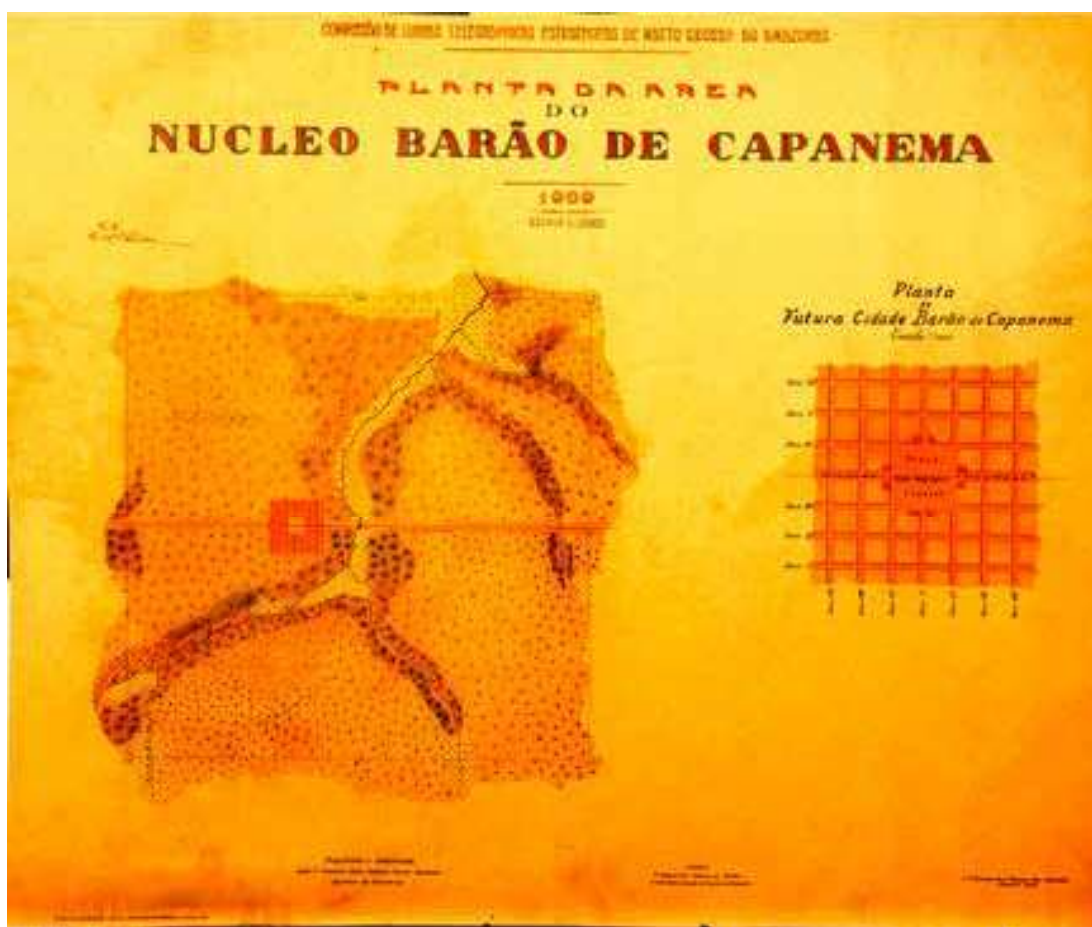
FIGURA 1: Planta da medição de uma légua quadrada para rocio da Estação Telegráfica Parecis, 1909



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

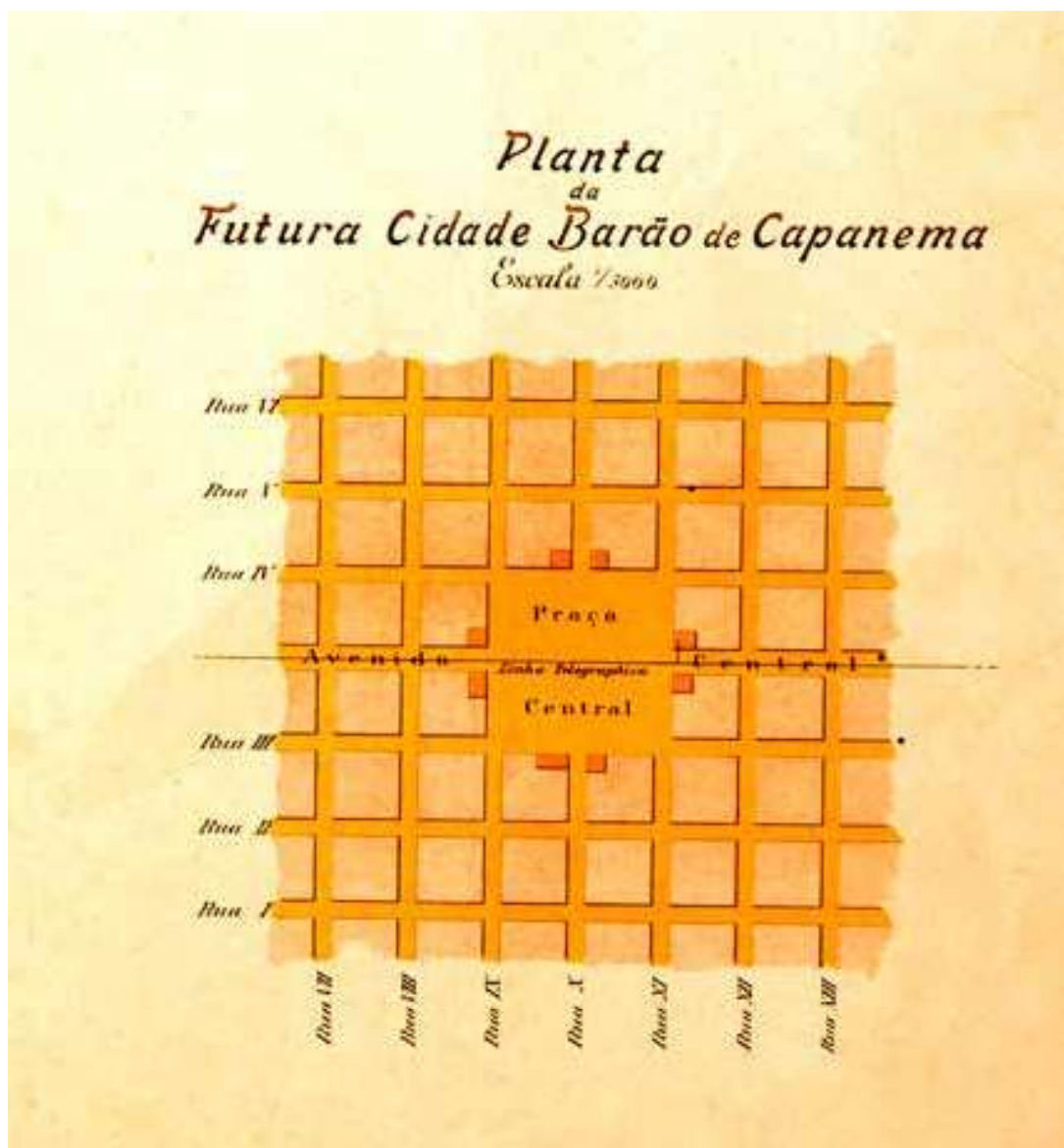
8 COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS. *Relatórios diversos*: projectos, orçamentos, medições, observações meteorológicas, etc. Publicação n° 37, Anexo n° 4. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1916. O exemplar consultado desta publicação consta no acervo do Museu do Índio –RJ; a planta descrita encontra-se no acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx–RJ).

FIGURA 2: Planta da Área do Núcleo Barão de Capanema, 1909



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

FIGURA 3: Planta da Futura Cidade Barão de Capanema, 1909



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

FIGURA 4: Planta da Estação Telegráfica e Pequena Colônia Militar de Capim Branco, 1890-1891



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

Observa-se que havia um padrão urbanístico seguido metodicamente na implantação das estações e das “futuras cidades”, como foram denominados os núcleos populacionais implantados. O objetivo era que estes núcleos constituíssem embriões de cidades que se desenvolveriam com o tempo, aglutinando trabalhadores das linhas telegráficas, militares e a população dispersa da região. Pretendia-se, com a colonização planejada e disciplinada, segundo a concepção da engenharia-militar, a ocupação do “vazio” demográfico e a “civilização” do sertão.⁹

⁹ Parte dos projetos das “futuras cidades” pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Exército – RJ. Segundo Lasmar (2011), o acervo documental dos trabalhos da Comissão Rondon encontra-se arquivado em várias instituições.

Embora a origem dessa forma quadrangular e de vias ortogonais tenha sua origem com o traçado de Hipodamus de Mileto na Grécia, esse tipo de concepção urbanístico-militar encontra similaridade nas práticas, sobretudo, do antigo Império Romano na implantação de colônias militares quando se procedia à ocupação rápida das terras conquistadas a outros povos. Mumford (1982) observa, nesse feito dos romanos, a característica da multiplicação sistemática de cidades, que se estendeu além da Europa, por domínios da África e da Ásia. Apenas na península itálica teriam sido implantadas mais de 350 cidades novas, localizadas em sítios planos, próximos a rios, proporcionando uma circulação livre e facilidade de expansão.

A simplicidade do traçado ortogonal era traduzida em quarteirões quadrados, medindo cerca de 75 metros de lado, com distinção entre vias principais e secundárias. As cidades-militares constituíam pontos estratégicos no Império Romano e contavam com guarnições de soldados que poderiam ser convocados em caso de necessidade.

Em tempos de paz, eram povoações que mantinham sua sobrevivência com produção de alimentos na região circunvizinha, mantendo, assim, um equilíbrio rural-urbano. Segundo tal estratégia, as cidades implantadas eram pontos de apoio para o avanço da ocupação e, tanto mais consistente se, junto com as atividades no campo, constituíssem uma vida permanente no lugar.

Como se pode constatar, essa lógica persistiu ao longo do tempo, em diversas paragens e contextos, a partir do traçado hipodâmico. A partir das linhas básicas denominadas “*cardo e decumannus*” orientadas no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste, desenvolveu-se o traçado ortogonal sistematicamente adotado pelos romanos, constituindo-se devido ao sentido estético ou à racionalidade expressa na simplicidade e facilidade de uso, uma referência para processos semelhantes de ocupação de territórios.

Caser e Sá (2010), pesquisando relatórios de médicos integrantes da Comissão (1907-1915), observam que a questão colocada por estes profissionais era como viabilizar a ocupação do Noroeste de Mato Grosso, tendo à frente a malária, o grande obstáculo ao povoamento da região. A alta incidência da doença, o isolamento, as grandes distâncias dos centros urbanos e a precariedade das condições de vida existentes, incluindo a falta de assistência médica, eram fatores que desestimulavam a migração para a região. A impossibilidade de sua efetiva urbanização é analisada por esses autores, que resumem:

[...] (Os) relatórios que prepararam após 1910 [...] além de estudos médicos detalhados, fornecem elementos que nos permitem perceber que o objetivo da imediata ocupação do território foi preterido em favor do controle da malária e da conclusão dos trabalhos de extensão da linha telegráfica. (CASER; SÁ, 2010, p. 363).

Os médicos da Comissão concluíram que o povoamento da região deveria ocorrer ao longo prazo, na medida em que as doenças fossem controladas, possibilitando a ocupação produtiva da região. Na mesma obra, Caser e Sá citam, ainda, um artigo, publicado nos “Archivos Brasileiros de Medicina”, de 1913, no qual um médico da equipe declarava ser impossível povoar a região sem saneá-la.

De todo modo, é fato que a ocupação efetiva da região e a emergência de novas cidades vieram a ocorrer somente após a construção da rodovia BR-364, na década de 1960, cujo traçado teve como referência a linha telegráfica. A denominação dada aos projetos de “futuras cidades” seria a demonstração da visão de longo prazo, impressa nos trabalhos dos projetistas ou dos mentores intelectuais dessa estratégia de povoamento.

Verificando o histórico de cidades em Mato Grosso (IBGE, 1958), observa-se que algumas delas, localizadas em torno da rodovia BR-364, têm seu surgimento associado diretamente à estação telegráfica, como é o caso da atual cidade de Porto Esperidião, antiga estação e povoado de Porto Salitre. Em alguns casos, os assentamentos realizados pela Comissão Rondon junto às estações também originaram povoados que, embora pequenos, resistiram ao tempo.

Note-se, ainda, que as colonizações privadas, que se sucederam meio século depois dos trabalhos da Comissão Rondon, beneficiaram-se do seu esforço colonizador e urbanizador e implantaram novos projetos de cidades, próximas aos locais das estações telegráficas ou dos povoados existentes em torno delas, como é o caso das cidades de Sapezal e Campo Novo do Parecis, em relação às estações telegráficas Utiariti e Capanema, cidades estas situadas junto à rodovia BR-364. É o caso também da cidade de Campo Verde, implantada próxima ao local da estação denominada originalmente como Colônia Militar de Capim Branco – esta localidade é atualmente uma vila, que teve sua denominação alterada para Coronel Ponce e é sede do distrito de mesmo nome.

No atual estado de Rondônia, que à época da implantação das linhas telegráficas fazia parte do estado de Mato Grosso, as estações e seus assentamentos constituíram embriões de diversas cidades for-

madras ao longo da BR-364, tais como as cidades de Vilhena, Ji-Paraná e Pimenta Bueno. Esta rodovia, construída na década de 1960, seria o meio de penetração que acabou propiciando a efetiva ocupação e povoamento daquele estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos no século XX no campo das comunicações logo superaram o telégrafo implantado. Entretanto, as comissões cumpriram com uma função que lhes devia ser mais central do que a da própria comunicação. Ao adentrar o sertão abrindo matas, construindo estradas e pontes, descobrindo rios e outros acidentes geográficos, desenhando e corrigindo mapas, estabelecendo contatos com grupos indígenas, projetando e implantando embriões de pequenas cidades, criava-se um meio de fixar populações por onde passavam as linhas telegráficas.

Na medida em que realizavam os trabalhos de implantação, buscava-se produzir saberes geográficos sobre a região, traduzidos em produtos, como o inventário do território, o saber técnico relacionado à construção da linha e a representação nos mapas. Estes produtos eram, também, uma forma de instrumentação do discurso político que fundamentou a criação das comissões, que se situava em torno da necessidade de viabilizar a ocupação e integração do imenso território interiorano do país.

Pode-se dizer que o desbravamento das terras do sertão Oeste do país, representado pela extensão das linhas telegráficas, seria uma reinvenção, na virada do século XIX ao século XX, da saga dos bandeirantes paulistas - mas não só - que estabeleceram o marco da civilização no ponto mais central do continente sul-americano, com a fundação de Cuiabá, no período joanino. Foi, sobretudo, a natureza, na forma de caminhos fluviais, com os rios, que permitiu conduzir as primeiras levas de habitantes formadores dos primeiros povoados no século XVIII. À sua semelhança, dois séculos depois, as linhas telegráficas constituiriam, espacial e simbolicamente, o segundo fio condutor da ocupação.

O conjunto do trabalho realizado pela Comissão de Linhas Telegráficas perpetuou-se nas inúmeras contribuições ao conhecimento científico e no culto de uma ideia de progresso da nação indissociável da construção de uma rede de cidades e de intercâmbios dentro e fora do país. Ao abrir caminho para futuras realizações político-administrativas, expressava-se o ideal positivista do governo republi-

cano, colocado em prática por intermédio dos engenheiros militares que desenhavam e construíam um caminho para a “civilização” no interior do Brasil.

A extensão das linhas telegráficas, inseridas num contexto maior de planejamento estratégico de abrangência regional, compreendia também a implantação de cidades que apoiariam a ocupação e o esperado desenvolvimento do interior. Representava, em suma, uma modernização que a República seria portadora ou, quem sabe, uma modernização “exemplar” de um esforço crítico e reflexivo contínuo que estaria sempre a se exigir, num país de dimensões continentais, sobre seu território e formas de ocupação e povoamento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Patrícia Marinho. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, jan.-jun. 2012.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan.-jun. 2012.

BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Planta da Área do Núcleo Barão de Capanema*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército: Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, 1909. Imagem digital. 1 mapa, impresso, color., papel canson, 71 cm x 59,50 cm. Escala 1:20.000. Imagem digitalizada de planta levantada e demarcada pelo 2º Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa.

BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Planta da medição de uma légua quadrada para rocio da estação telegráfica de Parecis*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1909. 1 mapa, impresso, color., papel canson, telado, 68 cm x 89 cm. Escala 1:10.000. Imagem digitalizada de planta levantada e demarcada pelo 1º Tenente Amilcar Armando Botelho de Magalhães.

BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatórios diversos: projectos, orçamentos, medições, observações meteorológicas, etc.*, publicação n. 37, Anexo n. 4. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1916.

BRASIL. Ministério da Guerra. Estado Maior do Exército. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*. 1952. Biblioteca Nacional. <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart341767/cart341767.pdf> Acesso em: 5 dez. 2015.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, maio-ago. 2010.

GUSHIKEN, Shirley Hitomi. O processo de urbanização em Mato Grosso: entre isolamento e centralidades estratégicas, uma história em cinco tempos. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. v. XXXV. Rio de Janeiro, 1958. 325 p.

IBGE. [*Diretório com mapas e dados de diversos municípios*]. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipios_1872_1991/divisao_territorial_1872_1991/1872/>. Acesso em: 3 set. 2015.

IBGE. [*Diretório com mapas e dados de diversos municípios*]. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/Shapefile_SHP/>. Acesso em: 3 set. 2015.

LASMAR, Denise Portugal. *O acervo imagético da Comissão Rondon: no Museu do Índio 1890-1938*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Museu do Índio – Funai, 2011. 342 p. (Publicação avulsa do Museu do Índio; 3).

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 434 p.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ: Fapesp, 1998. 319 p.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Pelos sertões do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. 506 p.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 741 p.

NATURAL EARTH. 1:10 m *Cultural Vectors*. [S. l.], 2013. Vários mapas. Escalas variam. Disponível em: <<http://www.naturalearthdata.com/downloads/10m-cultural-vectors/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

NATURAL EARTH. *1:10 m Physical Vectors*. [S. l.], 2013. Vários mapas. Escalas variam. Disponível em: <<http://www.naturalearthdata.com/downloads/10m-physical-vectors>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

PEREIRA, Margareth da Silva. *Os Correios e Telégrafos no Brasil - um patrimônio histórico e arquitetônico*. São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999, 242p.

PEREIRA, Margareth da Silva. O Rio de Janeiro no século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade capital. In: PINHEIRO, A.I.F. (Org.). *Rio de Janeiro: Cinco séculos de História e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, v. 1, p. 121-162.

PEREIRA, Margareth da Silva. *1908: Um Brasil em Exposição*, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Casa 12, 2011, 100p.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth da Silva. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo, ProEditores, Tessela, 1987.